

# **MATERIALIDADE, MEIOS DE COMUNICAÇÃO, CULTURAS E AGENTES HUMANOS<sup>1</sup>**

## **MATERIALITY, MEDIA, CULTURES AND HUMAN AGENTS**

Márcio Souza Gonçalves<sup>2</sup>

***Resumo:** O texto discute, a partir da análise da leitura e da produção de sentido com textos, a importância da noção de mistura para a compreensão da relação entre tecnologia de comunicação, subjetividade e cultura. A ideia de mistura permite que se apreenda de modo mais delicado e nuançado essa relação do que as grandes caracterizações do tipo cultura oral, impressa ou digital. Essa maior delicadeza teórica permite diferenciar contextos culturais que de outro modo seriam confundidos, como por exemplo o contexto europeu e o brasileiro.*

***Palavras-Chave:** Materialidade. Cultura. Humano.*

***Abstract:** The paper discusses, based on an analysis of reading and meaning production, the importance of the concept of mixture for the understanding of the relationship between media, subjectivity and culture. Mixture leads us to a more delicate and nuanced understanding of this relationship than the big concepts or categories of oral, printed or digital culture. That theoretical delicateness allows the differentiation of cultural contexts that otherwise would be confounded, for instance Brazilian and European ones.*

***Keywords:** Materiality. Culture. Human.*

---

### **1. Como compreender o ato de ler?**

Uma primeira forma de compreender o ato de leitura, e de comunicação através de textos, é a que o entende como recepção passiva de um sentido supostamente presente no texto, compreensão que aqui nomearemos como o paradigma da passividade da leitura.

Dentro dessa visão, o processo de ler e de produzir o sentido do texto fica reduzido à simples decodificação, necessariamente mecânica, do sentido do escrito. Tal decifração se faria segundo a aplicação clara de um código unívoco, racional e transparente. A informação estaria plenamente no texto, compreendido como algo independente de suas diversas

---

1 Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cultura do XXIII Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal do Pará, Belém, de 27 a 30 de maio de 2014.

2 Professor do PPGCom/UERJ. Pós-Doutor em Comunicação pela UFMG, Bolsista Prociência FAPERJ/UERJ, msg@uerj.br .

encarnações em diferentes modos de apresentação (manuscrito, impresso em diferentes edições etc). O papel do sujeito leitor ou do usuário da tecnologia texto fica reduzido ao mínimo. A leitura seguiria a ordem linear da razão materializada na página.

Por um lado, tal paradigma remete para uma compreensão platônica dos textos (CHARTIER in COUTINHO & GONÇALVES, 2009, p. 40). Por outro, e nesse caso McLuhan é exemplar, essa suposta transparência e univocidade tanto dos textos quanto dos atos de ler seria correlata de todo um modo de existência mental e social baseado na ordem Razão (com R maiúsculo) e da clareza:

Para entender estes efeitos, é necessário ver a alfabetização como tecnologia tipográfica, aplicada não só à racionalização dos processos de produção e de exploração do mercado, como também às leis, à educação e ao urbanismo. Na Inglaterra e na América, os princípios de uniformidade, continuidade e repetibilidade derivados da tecnologia da impressão tipográfica há muito que já penetraram em todas as camadas da vida comunal. Naqueles países, a criança se alfabetiza vendo o tráfego e a rua, o carro, o brinquedo e a roupa. Aprender a ler e a escrever é um aspecto secundário da cultura letrada no ambiente uniforme e contínuo do mundo de fala inglesa. A ênfase na cultura letrada é um traço distintivo das áreas que lutam por iniciar-se no processo de padronização que conduz à organização visual do trabalho e do espaço (McLUHAN, 1988, p. 337 -8).

Esse paradigma está subjacente e implicitamente operando em uma série de proposições teóricas que veem no hipertexto um corte fundamental na ordem do ler: a leitura passaria então a ser ação...

A própria existência e persistência de tal paradigma não deixa de ser surpreendente! Na maior parte das vezes, sua presença se faz de modo indireto e sutil, ligando a presença de textos e leitura a um determinado tipo de cultura, assunto ao qual voltaremos adiante.

A explicação para tal persistência deve ser procurada na retomada atual de alguns autores e teorias que percebem a comunicação textual, notadamente a impressa, como menor, mais limitada e limitante. O universo digital, como se não estivesse cheio de textos, quebraria as limitações dos textos e leitura manuscritos ou impressos e marcaria nossa era como de interatividade, fragmentação, maior liberdade. Assim, por exemplo, pode-se ler:

Nos ambientes hipermidiáticos, por outro lado, o formato final do texto é definido pelo leitor, que passa, portanto, a ser seu co-autor. Ao autor compete muito mais a arquitetura das possíveis relações entre as várias peças de informação que irão compor o corpo de seu trabalho. O texto final, porém, não terá limites claros, uma vez que será construído segundo critérios adotados pelo leitor, e, mais ainda, de acordo com os interesses que o leitor tiver na ocasião da leitura. O mesmo leitor, com base no mesmo conjunto, poderá realizar diferentes leituras, se em cada atuação sobre esse conjunto, ele tiver interesses diferentes (SIMÕES, 2008, p. 183).

Essa visão da escrita, dos textos e da leitura apresenta várias faces. Assim, a comunicação alfabética, através da escrita inventada pelos gregos, associada à ação das prensas tipográficas, teria engendrado um ser humano visual, racional, individualista, em oposição ao humano tanto das culturas orais quanto aos humanos eletrônicos e digitais, estes pertencendo a uma cultura de convergência (que não é cultural sem ser também sensória e subjetiva). Esse modo de pensar leva a que se reduza a leitura a um processo racional de compreensão de um texto supostamente linear, o que a aproxima da passividade. Nessa linha de pensamento, as retomadas da relação entre meios de comunicação, cultura e subjetividade dentro de uma perspectiva diacrônica adotam um tom bastante valorativo (seja na vertente apocalítica, seja na vertente integrada) e se mostram bastante reducionistas. Contra tais concepções, pense-se, por exemplo, na carga emocional envolvida no consumo popular de romances mais ou menos sentimentais no final do século XVIII e início do XIX (*Pâmela, A nova Heloísa*), algo dificilmente redutível aos termos passivo, racional e linear.

Contra esse primeiro paradigma, desenha-se a necessidade da compreensão do ato de ler e de produzir sentido a partir de um texto como ato e portanto como ação.

Tal posição pode ser levada ao extremo quando se hipervaloriza a liberdade do leitor, que passa a ser compreendido como autor do texto em pé de igualdade (no mínimo) com o escritor. Veja-se, por exemplo, toda a temática contemporânea da disseminação da autoria nas redes digitais, que remete mais ou menos claramente para o tema já bastante fustigado da morte do autor que, como se sabe, dá poderes ao leitor em detrimento do defunto. Sobre essa morte, as palavras de Barthes:

Começamos hoje a deixar de nos iludir com essa espécie de antífrases pelas quais a boa sociedade recrimina soberbamente em favor daquilo que precisamente põe de parte, ignora, sufoca ou destrói; sabemos que, para devolver à escrita o seu dever, é preciso inverter o seu mito: o nascimento do leitor tem de pagar-se com a morte do Autor (BARTHES, 1987, p. 53).

Nessa visada de desfavorecimento do autor, o leitor seria o elemento chave de construção de sentido, na medida em que o texto, uma vez escrito, se libertaria do domínio daquele e se entregaria aos desejos e intenções de quem o lê. Tal posição, interessante e compreensível no momento em que foi enunciada por Barthes, contrabalançava evidentemente uma ênfase histórica no autor como detentor do “verdadeiro” sentido da obra e do leitor como receptor passivo.

O que se defende aqui é a necessidade de que se encontre um meio termo, sem uma hipervalorização seja do leitor, seja do autor, meio termo que, além de incluir os dois agentes

mencionados, deve conter também diversos outros atores envolvidos na cadeia produtiva dos textos bem como os próprios suportes textuais.

Acredita-se assim que o sentido dos textos não existe no autor, nem apenas no leitor, mas existe em cada ato de leitura e envolve o autor, o leitor, mas também o editor - e com ele o revisor, o tradutor, o distribuidor, o vendedor, em suma, tudo o que existe dentro do circuito da comunicação (cf. Darnton, 2007, para uma revisão da proposição original) – e, não menos importantes, os objetos que portam textos. Para se compreender o papel do editor, por exemplo, pense-se no caso da Biblioteca Azul e no modo como as decisões editoriais interferem na vida social das obras que a compõem (cf. CHARTIER in CHARTIER (Org.), 1996, passim).

Assim, por um lado, autor, editor, tradutor entre outros definem diversos elementos de direcionamento de sentido, ou seja, protocolos de leitura; por outro o leitor com esses protocolos se relaciona de maneira mais ou menos inventiva, mais ou menos desviante. O papel dos objetos será retomado adiante.

A leitura, a produção de sentido, desse modo, se fazem sempre na tensão entre limitações e coerções (autorais, editoriais) e a liberdade (que nunca é total) do leitor, ideia bastante cara a Roger Chartier. Tal tensão é elemento fundamental a ser tomado em conta na compreensão do consumo de textos e uma das condições, assim nos parece em função de nossos desenvolvimentos, para o bom entendimento do ato de se produzir sentido na comunicação.

Essa tentativa de equilíbrio na compreensão do papel dos diversos agentes envolvidos no processo de produção de sentido, tanto humanos quanto materiais, leva à necessidade de se detalhar melhor os diversos elementos em ação.

## **2. Elementos em ação na produção de sentido**

Esquemática e arbitrariamente, vamos agrupar os elementos em ação nos atos de leitura e produção de sentido em três rubricas: *materialidade*, *texto* e *humano*.

A *materialidade* do texto é o primeiro elemento relevante na construção do sentido, o termo materialidade recobrando, de fato, uma gama ampla e heterogênea de elementos. Tal valorização da materialidade é importante especialmente como contraponto a uma visão do sentido como estando de algum modo contido no texto, texto encarado como uma entidade abstrata que existiria acima e independentemente de suas encarnações ou edições concretas.

Dentro desta perspectiva, o texto, pura incorporalidade que transcenderia todas as suas edições, puro espírito sem letra, seria por excelência o detentor do sentido, que se manteria independente das diversas materializações ou edições que poderia sofrer.

Contra essa perspectiva platônica, é preciso que se compreenda que a forma material tomada por um texto, o modo como ganha corpo em tal ou tal edição, são elementos essenciais na criação de sentido. Ora, esse ganhar corpo, como afirmado acima, recobre diferentes elementos.

Sem a pretensão de exaustividade, dado que potencialmente a lista seria, senão infinita, pelo menos muito grande, alguns desses elementos merecem ser citados como mais relevantes.

Em primeiro lugar o próprio formato do suporte, seja ele um rolo antigo, um códice manuscrito ou impresso, um texto digital num leitor de e-livros, num *tablet*, num computador etc. O tipo de trabalho intelectual favorecido por cada um desses tipos de formato material do suporte é diferente dos outros e singular: assim, por exemplo, o rolo dificulta a colação, a tomada de notas, a navegação; o códice, torna esses procedimentos mais fáceis, assim como o armazenamento das obras; os leitores digitais permitem a busca rápida, eletronicamente, de termos e palavras, mas os leitores de e-livros, por exemplo, dificultam a colação de diferentes obras e a tomada de notas.

A matéria-prima, menos diretamente, também pode ser tomada em conta: compare-se, assim, a capacidade de armazenamento pequena do papiro (dado que só se pode utilizar um dos lados da folha para inscrição), maior do pergaminho e do papel (os dois lados recebem texto) em muito maior nos suportes digitais. Essa maior capacidade da matéria importa na medida em que, por exemplo, vai afetar o acesso e o consumo de textos.

Além disso, tudo o que concerne à apresentação do texto, sua estruturação, sua distribuição dentro do volume é relevante e participa, de diferentes modos, da produção de sentido. Assim, por exemplo, o tipo de caractere utilizado: veja-se o modo como os impressores humanistas criaram e difundiram todo um universo de tipos, dos quais o itálico é um dos melhores exemplos, para criar para si uma identidade tipográfica e de sentido diferente da dos textos medievais em tipologia gótica, identidade portadora dos valores do Renascimento.

A organização do texto, de diversas formas, é importante: presença ou não de separação de palavras (o que influencia o tipo de leitura, silenciosa ou oralizada), utilização

ou não e qualidade dos signos de pontuação, uso de elementos de separação de unidades de texto (parágrafos, seções, sub-seções), presença de elementos de título e subtítulos, de foliação ou paginação, uso de sumários, índices etc... São diversos e variados elementos que afetam o ato de consumir textos, o trabalho de leitura, e, conseqüentemente, a criação de sentido.

Para tomar um exemplo envolvendo a importância da separação de palavras, inexistente no caso: o texto da Eneida dizia “collectam exilio pubem”, significando “um povo reunido para exílio”, o que foi por Donato lido como “collectam ex Ilio pubem”, que tem o sentido totalmente diferente, significando “um povo reunido de Tróia”; ou ainda: “conspicitur sus”, “um porco é observado”, que poderia induzir a “conspicit ursus”, “um urso observa” (para uma discussão mais detalhada, ver GONÇALVES; TIMPONI in REGIS; ORTIZ; AFFONSO; TIMPONI (Orgs.), 2012, p. 52-78). A não separação entre as palavras permitiu as flutuações de sentido.

A função expressiva da tipografia (cf. por exemplo GONÇALVES in SANTOS; HOFF (Orgs.), 2012, p. 117-137), que amarramos no conceito de *tipografia expressiva*, tenta dar conta dessa função expressiva dos elementos materiais e gráficos.

Por outro lado, uma série de elementos que remetem ao tipo e à natureza do *texto* devem ser tomados em conta na produção de sentido. Um texto erudito e de fundo acadêmico certamente não é abordado do mesmo modo, por um leitor, que um romance de um autor clássico, ou que um romance popular cujo nome do autor não é relevante, ou ainda que o manual da cafeteira elétrica de nosso hipotético leitor (ler manual é uma forma de leitura como todas as outras, ainda que seja objeto de pouquíssima atenção no universo universitário brasileiro). As expectativas, a atenção mobilizada, a profundidade da leitura, a disposição para se enfrentar obscuridades do texto são alguns dos elementos que serão diferentemente mobilizados por diferentes tipos de textos. Para tomar um ponto específico: não se lê como a mesma atenção aos detalhes um texto teórico fundamental e um romance popular, ainda que tal afirmativa deva ser matizada pela terceira rubrica que mencionamos acima, o leitor, pois eventualmente um leitor pode ler um texto popular com maior atenção do que dedicaria a um texto teórico. O tipo de texto influencia além disso, as intenções do leitor, que são muito importantes na leitura.

Passemos então ao agente *humano* do processo. Não nos deteremos no papel dos produtores de texto (autor, editor, impressor etc), uma vez que grande parte de sua atuação se

reflete na materialidade das edições. Nos deteremos, assim, no leitor, figura tão interessante quanto evanescente e de difícil abordagem.

*Leitor* aqui abarca muitos pontos diferentes e a lista, assim como acima quando falamos da *materialidade*, é virtualmente infinita.

Há desde aspectos coletivos até idiossincrasias e singularidades individuais. Assim, o grupo social a que pertence o leitor, por si só, já condiciona certas formas de leitura (as ideias de comunidade interpretativa de Fish e de horizonte de expectativas de Jauss apontam para esse fato), o contexto social mais amplo age do mesmo modo. Por outro lado, o motivo que leva determinado leitor ao ler deve ser tomado em conta: não se lê do mesmo modo o jornal de domingo na praia para diversão e um texto teórico importante para a elaboração de uma tese numa biblioteca universitária. Esse motivo se articula com as intenções do leitor e com suas expectativas em relação ao texto.

Esses aspectos mais gerais não devem contudo mascarar o caráter individual do ato de leitura, do consumo de textos e da produção de sentido, o que obriga que se tome sempre em consideração as singularidades e idiossincrasias de todo sujeito leitor. Parafraseando Heráclito, pode-se dizer que um mesmo leitor nunca lê o mesmo livro duas vezes, pois o leitor nunca é o mesmo e o livro que lê sempre ganha novos sentidos a cada leitura.

Essas singularidades podem ser mais ou menos pronunciadas. Um leitor hipotético fazendo o que Thomas Kuhn (2001) chama de ciência normal, ou seja, operando dentro e de acordo com um paradigma estabelecido, lê idealmente de modo pouco singular, suas idiossincrasias sendo controladas pelo peso dos protocolos de leitura paradigmáticos. No extremo oposto situar-se-ia um leitor como o moleiro Mennochio, analisado por Ginzburg em seu tão citado *O queijo e os vermes* (1987). Elemento menos palpável de todo o circuito de produção de sentido, elemento metodologicamente mais difícil de ser discernido, é contudo o elemento que concentra em si o polo liberdade, que em contraposição aos limites e coerções, define todo ato de construir sentido a partir de um texto dado. O leitor, assim, de certo modo, é abertura potencial para novos sentidos.

Não tivemos aqui a pretensão de exaustividade, mas apenas de indicar em linhas gerais o campo de elementos a serem considerados na criação e produção de sentido no consumo de texto, elementos que complexificam a leitura e permitem a quebra do paradigma da passividade. *Materialidade*, *texto* e *humano*, as três rubricas que indicamos acima, procuram dar conta e ordenar minimamente elementos importantes.

Deve ser notado que alguns deles remetem aos meios de comunicação, aos objetos que apresentam textos, enquanto outros apontam para o universo dos sujeitos, produtores e usuários de textos.

Se os objetos são em certa medida importantes, pode ser interessante discutir brevemente alguns aspectos relativos à leitura em diferentes suportes, mais especificamente em impresso e digital. Faremos assim, uma breve incursão pelo universo dos objetos de apresentação de texto mais recentes, os digitais, ligando-os aos mais antigos impressos. Tais conclusões se sustentam em uma série de entrevistas e observações realizadas por alguns dos participantes do grupo de pesquisa *Livros e cultura letrada*, que coordenamos.

### **3. Impresso e Digital**

Vejamos então alguns aspectos da relação entre leitura em impresso e digital.

Um primeiro aspecto essencial: mais do que indicar a substituição dos textos impressos pelos digitais, os leitores de nosso universo de pesquisa relataram sobretudo a coexistência desses dois formatos. Não se verifica uma disjunção, para os leitores, que tomaria a forma de ler no impresso ou no digital, ler em um ou em outro; verifica-se na prática que os leitores leem ambos.

Esse ler em ambos deve ser nuançado, pois não se trata de ler tudo em impresso e digital, indiferentemente. Algumas relações interessantes se desenham.

Em primeiro lugar, o tamanho de texto influencia nas preferências de suporte. Textos grandes são preferencialmente lidos em impresso; textos menores podendo ser lidos, de modo geral, tanto em impresso quanto em digital.

O tipo de texto também é relevante. Textos de consumo mais sério (de trabalho e estudo, notadamente) tendem a levar ao impresso, os de diversão ao digital.

Esses dois primeiros fatores, tamanho e tipo de texto, devem ser articulados com um outro: se se trata de um texto completo ou de um trecho (um capítulo, por exemplo, para estudo): texto completo aponta para impresso.

Cruzando os três elementos, temos um tipo ideal, o texto grande, completo, de assunto sério, que tendencialmente seria consumido em impresso. No outro extremo, segundo tipo ideal, temos um trecho de texto pequeno e de diversão, que tenderia para o digital. Os cruzamentos desses elementos podem dar origem a uma gama contínua de possibilidades.

O modo de acesso ao texto também é importante. Não se digitaliza um texto ao qual se teve acesso impresso para proceder a leitura no digital. Por outro lado, há casos em que textos acessados digitalmente são impressos para serem lidos (se forem de trabalho, por exemplo).

Além disso, as particularidades de cada leitor são essenciais. Há os que se sentem mais à vontade com o impresso, o que os leva por exemplo a imprimir textos para só então lê-los; há os que, nativos digitais e grandes usuários de novas tecnologias, ficam bem mais desenvolvidos com os textos digitalizados e para quem a não impressão não é um problema.

Em síntese, nota-se uma variabilidade no consumo de impresso e digital que torna impossível a formulação de regras gerais que abarquem a totalidade dos casos existentes.

Um ponto que merece destaque é o que se refere à tomada de notas. A praticidade das anotações feitas à margem do texto não tem similar no digital, onde a anotação envolve o uso de algum tipo de teclado, a eventual necessidade de um outro arquivo digital para a anotação (com o uso de um editor de texto), envolve portanto uma quebra muito maior na leitura do que a que ocorre quando a anotação é feita diretamente sobre a página de papel.

Essa desvantagem na tomada de notas, porém, pode ser contrabalançada pela vantagem que a leitura em digital comporta em termos de pesquisa rápida por determinado termo dentro de um texto, de possibilidade de consulta rápida a dicionários (na língua nativa ou em outras línguas), enciclopédias etc. Esses recursos tipicamente digitais são importantes e a velocidade de acesso que as novas tecnologias permitem não deve de modo algum ser negligenciada. Na prática da leitura de textos, a maior rapidez na consulta a um dicionário pode ser, eventualmente, um fator essencial.

Curiosamente, a suposta não linearidade na leitura de textos digitais não parece ser um apanágio destes. Assim, é tão comum uma leitura fragmentada e de vai e vem no digital quanto no impresso; do mesmo modo, há leitores pouco afeitos a essa não linearidade seja no impresso, seja no digital. Não há portanto regra geral. Talvez isso possa ser explicado se se considerar a evolução da tecnologia livro desde os primeiros séculos da era cristã: do rolo ao códice, e no âmbito do códice, temos livros em que cada vez é mais fácil navegação e a orientação do leitor dentro da obra, de tal modo que num códice contemporâneo não há dificuldade em ir e vir, e mesmo localizar temas e termos específicos (ainda que essa localização não se iguale à possível no digital). Esse longo aperfeiçoamento dos códices faz

com que neles a leitura não linear e o vai e vem de modo algum apresentem problemas, o que favorece a presença da não linearidade tanto no código quanto nos textos digitais.

Um último elemento acerca da leitura em suportes impressos e digitais: a problema da comparação de textos. Os resultados indicam uma facilidade muito maior de comparação de diferentes textos concomitantemente e de leitura simultânea no impresso do que no digital. Isso se liga ao fato de no impresso cada texto ter seu próprio suporte, o que não acontece no digital onde um mesmo suporte, por exemplo um leitor de e-livros ou um computador, é usado para apresentar dois ou mais textos. Há portanto, sob esse ponto de vista, maior praticidade no trabalho com o impresso.

Essa rápida incursão pelo universo das práticas de leitura em impresso e digital permite que se perceba, ainda que de maneira bem esquemática, a necessidade de articulação entre leitor e objeto, sua mistura, os dois tendo um papel importante e nenhum dos dois podendo ser hipervalorizado em detrimento do outro.

Ao paradigma da passividade da leitura, preferimos deste modo o da mistura, que agencia os diversos elementos heterogêneos em um processo único.

#### **4. Leitura, Tipos de Cultura e Misturas**

Essa consideração do ato de ler como complexo e sobredeterminado por vários tipos de fatores deve iluminar as reflexões sobre a relação entre a comunicação, suas tecnologias e as culturas. É necessário que se aplique o mesmo raciocínio, pensando essa relação como não linear, múltipla e, mais importante, contingente. Contingente se opõe a necessária e inelutável, fechada, e implica, assim, em uma abertura para a indeterminação, a surpresa, a singularidade. Em, suma trata-se de aplicar o paradigma da mistura à relação entre comunicação e cultura.

Uma compreensão da relação entre comunicação e cultura pautada pela não contingência tende a hipervalorizar as mídias, em detrimento das especificidades culturais e individuais, propondo que teriam o poder de determinar o modo de ser ou o modo de existir da cultura. Idem para os seres humanos envolvidos. Assim, a presença da prensa tipográfica teria dado origem a uma cultura impressa, a um homem tipográfico, cultura e homem possuindo em função dos meios de comunicação determinadas características definidoras e uma série de traços que são então indicados: racionalidade, presença de estados nacionais fortes, de uma ciência instrumental etc.

Na mesma linha de pensamento, o alfabeto teria engendrado a cultura e o homem gregos, com sua democracia e sua filosofia (HAVELOCK, 1996a, 1996b, 1978).

Mais recentemente, teríamos entrado na cultura digital. A Wikipedia, que em certa medida cristaliza o imaginário de nossa época, assim se refere ao que definiria essa cultura:

O discurso sobre o digital foi-se apoiando em duas convicções: por um lado, a ideia de que, sendo uma cultura, representa uma ruptura com aquilo que a precedeu; por outro, a crença que cultura digital é determinada pela existência da tecnologia digital. [...] O digital é uma marca da cultura que distingue o modo de vida contemporâneo dos restantes ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura\\_digital](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura_digital) acesso em 12/02/14).

Pensar a partir da noção de contingência, ao contrário, é correlato, em nossa perspectiva, de se dar privilégio às misturas em detrimento da uma grande caracterização geral.

Assim, em vez de pensar a cultura impressa, é preciso apreender, em cada caso específico, de que modo a prensa é agenciada e conectada com outros meios e formas de comunicação, sempre de modo mais ou menos idiossincrático. Não se tem assim propriamente falando uma cultura impressa, mas configurações culturais em que a prensa existe (sempre ligada a um conjunto de elementos). Vejamos dois exemplos mínimos.

Como já discutimos alhures (GONÇALVES; SAINT CLAIR, 2013), McKenzie, em lugar da grande caracterização *cultura impressa*, ao pensar o século XVII inglês, vai falar sobretudo de misturas entre oralidade, manuscrito e impresso, misturas que se presentificam de vários modos mesmo nos textos impressos, onde há grande presença do oral (cf. MCKENZIE, 2002, capítulo 9).

McKenzie, além disso, crítica diretamente a utilização da retórica da quebra instaurada pela prensa, o impacto da prensa, como definindo uma nova forma cultural: “[...] uma frase como 'o impacto da prensa' – não importa quanto qualificada esteja – implica necessariamente um deslocamento maior do escrito como forma de registro” (MCKENZIE, 2002, p. 238. A tradução de todas as citações cuja referência esteja em língua estrangeira é nossa ).

Do outro lado do Atlântico, o caso do Brasil é igualmente interessante. Temos aqui uma cultura bastante oralizada até a chegada da tardia da prensa tipográfica (oficialmente em 1808, mas com algumas breves tentativas de impressão anteriores), mas não puramente oral, dado que atravessada por manuscritos e textos impressos vindos do estrangeiro. Não se pode adequadamente definir essa cultura brasileira, então, satisfatoriamente de modo genérico a

partir de títulos como impressa, manuscrita ou oral. A presença da oralidade é maciça nos manuscritos e impressos, a mistura entre estes dois igualmente constante. Pense-se, para tomar apenas um exemplo curioso, na presença, ao longo do século XIX, de jornais manuscritos em nossas terras. O universo escravo, do mesmo modo, agenciava singular e inesperadamente as letras impressas e o burburinho oral (cf., para todos esses aspectos, BARBOSA, 2013, *passim*).

Mais recentemente, ao longo da segunda metade do século XX, sofremos uma presença crescente dos meios eletrônicos, notadamente o rádio e a televisão, sem que isso tenha levado a uma substituição de uma cultura oral ou impressa por uma elétrica. O eletrônico convive e se agênciia com o oral e o escrito, incorporando elementos seus.

Certamente, nunca fomos uma cultura letrada, assim como não somos uma cultura oral, eletrônica ou digital... somos uma mistura, aliás bastante singular no panorama do mundo contemporâneo, dessas coisas todas: ao mesmo tempo orais, impressos, eletrônicos, digitais.

O ponto que nos interessa enfatizar aqui é precisamente o da inadequação dos termos oral, impresso, eletrônico, digital ou outros para dar conta da nossa e de qualquer formação cultural. Para que se possa apreender de modo conceitualmente satisfatório nossa situação atual e passada, é preciso qualificar os termos e renunciar a uma definição genérica. É preciso, portanto, que a discussão seja bastante refinada e nuançada, o que remete para a complexificação das ferramentas de compreensão a que nos referimos acima. A ideia de mistura é essencial nesse processo de complexificação.

## **5. Contextualizar a inovação**

Essa complexificação dos raciocínios e esquemas de compreensão, valorizando a ideia de mistura, implica em que se considere sempre, dada uma inovação tecnológica, sua origem e o que a ela conduz. As macrocategorizações do tipo cultura impressa ou cultura digital tendem a localizar na tecnologia a origem dos grandes cortes culturais. Ora, a gênese da tecnologia raramente é evocada, o que leva a uma sensação de que a inovação tecnológica, a nova tecnologia, surge *ex machina* e começa a produzir seus efeitos operando uma revolução (cf. acima a crítica de McKenzie à retórica do impacto da prensa). É importante, para compreender como as misturas entre tecnologias e culturas se dão, atentar para o contexto de origem das mudanças tecnológicas. Sobre esses pontos, as reflexões de Gilbert Simondon,

apesar de não estarem diretamente referidas a problemas de meios de comunicação, são um pano de fundo especialmente precioso (SIMONDON, 1958, *passim*).

Vejamos o problema do contexto da mutação tecnológica tomando como caso a prensa tipográfica.

A literatura frequentemente apresenta a prensa como intervindo no contexto do século XV e produzindo um corte, uma revolução, que separaria o universo do manuscrito do universo impresso, a cultura do manuscrito da cultura impressa (para tomar dois exemplos diametralmente opostos dessa retórica do corte e da revolução: EISENSTEIN, 1998 e SIMÕES, 2008).

Sem entrar na discussão da adequação do termo *revolução*, discussão que no final das contas se reduz ao modo como se define a palavra, ou seja, se reduz a uma questão semântica, a ideia de corte supõe a tecnologia como operando em um contexto dado e produzindo uma descontinuidade.

É exatamente essa ideia de descontinuidade que deve ser matizada e nuançada, ou seja, a noção de corte deve ser melhor qualificada. Acreditamos que o corte, a descontinuidade, por paradoxal que isso possa parecer, são preparados pelo contexto em que se dão.

Assim, seguindo com o caso da prensa, é preciso considerar, para bem compreender o surgimento da tipografia, todo o contexto europeu a partir de cerca do ano mil. Uma série grande de transformações prepara o terreno que dará origem às pesquisas que, por sua vez, redundarão na invenção da prensa de tipos móveis: crescimento demográfico (mesmo com as epidemias que ocasionalmente faziam grandes estragos), desenvolvimento comercial e econômico, urbanização, criação das universidades, aumento da circulação de textos fora do circuito monástico, filosofia escolástica, aumento do público leitor... entre tantos outros aspectos. Esses diversos elementos envolvem, por um lado, um aumento da demanda por textos, demanda impossível de ser satisfeita pela produção manuscrita; por outro, um já existente aumento da produção. Sobre esse aumento já existente, mesmo com as dificuldades de quantificação Frédéric Barbier é referência essencial (2006, especialmente os capítulos 1 e 2).

É esse contexto dinâmico em diversos níveis que vai levar vários pesquisadores-empresendedores-inventores (são vários papéis em um só) a procurar formas não manuscritas de produzir textos, o que redundará na invenção da prensa tipográfica. A esses pesquisadores

deve-se acrescentar o elemento financiador, os investidores capitalistas que forneceram os fundos para uma pesquisa arriscada, cara e cujo sucesso era incerto.

A invenção e a inovação tecnológica que operam o corte ou a descontinuidade no modo de produção de textos, assim, é preparada e gestada em um contexto anterior bastante vasto e variado. O corte, a descontinuidade são o resultado de processos anteriores, agem sobre continuidades e permanências mais longas.

A boa teorização da invenção tecnológica no âmbito dos meios de comunicação, deste modo, obriga à consideração do que antecede à invenção, do contexto em que a mutação se dá. Concretamente, por exemplo, o aumento numérico na produção de livros pela tipografia deve ser compreendido como agindo dentro de uma produção manuscrita ela mesma crescente: a curva ascendente dos números da tipografia prolonga e acentua a curva ascendente dos números da produção manuscrita após, pelo menos, o século XI.

A retórica do puro corte e da radical descontinuidade, a da revolução *ex machina*, se afigura assim pouco produtiva e, ainda que sedutora, inócua. O que não significa, é necessário dizer, que não haja corte, descontinuidade, revolução. Esses três elementos estão conjugados às permanências.

O que foi discutido acima vale para as atuais inovações tecnológicas ligadas ao digital. É necessário que sejam compreendidas tendo como contexto os diversos desenvolvimentos que atravessamos desde o final do século XVIII: revolução industrial, revolução industrial do livro, eletricidade, o eletrônico em suas diversas formas, formação de um público e de um mercado de massa (que começa com o impresso: cf. MOLLIER, 2009, *passim*), aumento da escolarização, desenvolvimentos no âmbito da política etc.

A importância do contexto da mutação tecnológica, se liga um ponto que deve agora ser destacado e que se refere à maneira como consideramos a tecnologia em sua relação com os humanos.

Nossas pesquisas apontam consistentemente para a necessidade de relativização e crítica do paradigma do determinismo tecnológico. Por determinismo tecnológico entende-se a visão que faz decorrer do meio, independentemente dos usos que dele são feitos e das mensagens que nele são veiculadas, de seus conteúdos, das apropriações dos usuários, seus efeitos.

Tal maneira de pensar pode ser epitomizada na célebre proposição de McLuhan segundo a qual *o meio é a mensagem* (MCLUHAN, 2005, capítulo 1).

*O meio é a mensagem* significa que a mensagem essencial de um meio qualquer não está nos *conteúdos* (tipos de programas de TV, por exemplo) por ele veiculados mas é o próprio meio e as alterações (cognitivas e sensoriais) que necessariamente engendra nos usuários (o importante é o fato de assistir TV, independentemente do programa assistido).

O caso de McLuhan é interessante pois tanto o que o antecede quanto o que o sucede apontam para diversos modos de relativização da tese dura de que o meio é a mensagem, ou seja, do determinismo tecnológico.

A montante, o pensamento de Harold Innis, do qual a obra de McLuhan, segundo ele próprio, é apenas uma nota de rodapé (1977), revela que a aparente prevalência pura do meio esconde um jogo complexo de três elementos: política, tecnologia de comunicação e consciência (cf. WATSON, 2006, capítulo 9).

A jusante, as próprias interpretações contemporâneas de McLuhan vão no sentido de alargar a noção de meio de modo a incluir um grande número de elementos que tradicionalmente não são assim compreendidos, isso para salvar a tese de que o meio é a mensagem. No limite, para que o meio seja a mensagem, é preciso entendê-lo como meio ambiente, o que obviamente engloba o conjunto da cultura (cf. PEREIRA, 2011, notadamente a Conclusão).

O tradicional determinismo tecnológico fica portanto relativizado.

Por outro lado, pesquisas bastante consistentes indicam que os usos, individuais mas também e especialmente coletivos, são essenciais na definição do tipo de efeito que um meio qualquer engendrará. Veja-se, por exemplo, o premiadíssimo *The Nature of the Book*, de Adrian Johns (1998), que demonstra, a partir de um enorme conjunto de evidências empíricas, que os efeitos da prensa no início da Modernidade inglesa são totalmente dependentes da ação dos diversos grupos humanos envolvidos no universo dos textos. *A natureza do livro*, assim, é o resultado da ação humana, ou seja, uma natureza construída, contingente, não natural.

Finalmente, nossas próprias pesquisas empíricas, envolvendo leitura em diferentes suportes, apontam para o fato de efeitos diferenciais dos meios em função das preferências, idiosincrasias e hábitos dos leitores. Não há sentido em falar dos efeitos (em si) dos textos digitais (novamente em si); só há sentido em invocar os modos diferenciais de apropriação e uso de tais textos por diferentes leitores e grupos de leitores.

Há diversos elementos, de diferentes ordens, portanto, que apontam para os limites do paradigma do determinismo tecnológico.

## 6. Conclusão

Defende-se aqui, a partir da análise da leitura e da produção de sentido textual, a importância da noção de mistura para a compreensão da relação entre tecnologia de comunicação, subjetividade e cultura. A ideia de mistura permite que se apreenda de modo mais delicado e nuancado essa relação do que as grandes caracterizações do tipo cultura oral, impressa ou digital. Essa maior delicadeza teórica permite diferenciar contextos culturais que de outro modo seriam confundidos: a presença do impresso, por exemplo, se faz de modo muito diferente na Europa e no Brasil, e tais diferenças não são secundárias.

Trata-se, em suma, de uma aposta teórica em outro estilo de se raciocinar...

## Referências

- BARBIER, Frédéric. **L'Europe de Gutenberg – Le livre et l'invention de la modernité occidentale**. Paris: Belin, 2006.
- BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BARTHES, Roland. “A morte do autor”. In: BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- CHARTIER, Roger. **Do livro à leitura**. In CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- COUTINHO, Granja Eduardo; GONÇALVES, Márcio Souza. **Letra Impressa: Comunicação, Cultura e Sociedade**. Porto Alegre: Sulinas, 2009.
- DARNTON, Robert. “What is the history of books?” Revisited . In **Modern Intellectual History**, 4, 3 (2007), pp. 495–508 C 2007, Cambridge University Press , doi:10.1017/S1479244307001370.
- EISENSTEIN, Elizabeth L.. **A Revolução da Cultura Impressa – os primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Ática, 1998.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes – o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GONÇALVES , Márcio Souza; SAINT CLAIR , Ericson. **Meios misturados: paradigmas para a reflexão sobre comunicação e cultura**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cultura do XXII Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal da Bahia, Salvador, de 04 a 07 de junho de 2013.
- GONÇALVES, Márcio Souza ; TIMPONI, Raquel. **Suportes textuais de comunicação e processos cognitivos**. In: REGIS, Fátima; ORTIZ, Anderson; AFFONSO, Luiz Carlos; TIMPONI, Raquel (Orgs.). **Tecnologias de Comunicação e Cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2012, v. 1, p. 52-78.
- GONÇALVES, Márcio Souza. **Discursos, sentidos, matérias: a materialidade dos meios e a comunicação**. In: SANTOS, Goiamérica Felício dos; HOFF, Tânia Márcia César (Orgs.). **Poéticas da mídia: mediações, discursividades, imagens**. Goiânia: Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, 2012, v. 1, p. 117-137.
- HAVELOCK, Eric A. **A musa aprende a escrever – Reflexões sobre a oralidade e a literacia da Antiguidade ao presente**. Lisboa: Gradiva, 1996a.

- HAVELOCK, E. **Prefácio a Platão**. Campinas: Papyrus, 1996b.
- HAVELOCK, E. **The Greek Concept of Justice – From its Shadow in Homer to its Substance in Plato**. Cambridge and London: Harvard University Press, 1978.
- JOHNS, Adrian. **The Nature of the Book: print and knowledge in the making**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1998.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- McKENZIE, Donald F. Making Meaning: **“Printers of the Mind” and Other Essays**. Edited by Peter D. McDonald & Michael F. Suarez, S.J.. Amherst, Boston: University of Massachusetts Press, 2002.
- McLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutemberg: a formação do homem tipográfico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- McLUHAN, Marshal. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 1988.
- MOLLIER, Jean-Yves. **La lectura en Francia durante el siglo XIX, 1789-1914**. México: Instituto Mora, 2009.
- PEREIRA, Vinicius Andrade. **Estendendo McLuhan: da Aldeia à Teia Global – Comunicação, Memória e Tecnologia**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SIMÕES, Marco Antonio. **História da leitura: do papiro ao papel digital**. São Paulo: Terceira Margem, 2008.
- SIMONDON, Gilbert. **Du mode d'existence des objets techniques**. Paris: Aubier, 1958.
- WATSON, Alexander John. **Marginal Man: The Dark Vision of Harold Innis**. Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press, 2006.